
COMITÊ CONSULTIVO PARA ASSUNTOS GOVERNAMENTAIS (GAC) - ATA DE ENCONTRO

ICANN 55 Marrakesh

5 a 10 de março de 2016

PARTICIPANTES DO ENCONTRO/MEMBROS

Setenta e oito membros do GAC e doze observadores participaram do encontro.

O GAC deu as boas-vindas aos novos membros Burundi, Camboja, República do Chade, Haiti, República de Palau e Palestina.

O GAC recebeu o Fórum de Reguladores de Telecomunicações da África Ocidental como observador.

A lista dos participantes está disponível no [Anexo 1](#).

O Comunicado do GAC de Marrakesh está disponível no [Anexo 2](#).

As apresentações usadas pelos palestrantes durante o encontro podem ser acessadas no [site do GAC](#) (em formato de slides ou documentos de Word/PDFs).

SESSÕES DE ENVOLVIMENTO ENTRE COMUNIDADES

Encontro com a Diretoria da ICANN

O GAC se reuniu com a Diretoria da ICANN e debateu sobre os seguintes tópicos:

- **Processo de seleção de CEO da ICANN:** A Diretoria e o GAC observaram que os critérios de seleção e outras informações sobre o processo de seleção do CEO estavam disponíveis online.
- **Controle de tempo e gerenciamento de cargas de trabalho:** A Diretoria e o GAC observaram que um número significativo de PDPs está sendo realizado ao mesmo tempo, causando problemas de carga de trabalho em toda a comunidade. A Diretoria reconheceu que o GAC está trabalhando de forma mais flexível para tentar lidar com isso e observou que a estrutura do encontro "B" oferecerá uma oportunidade para que todas as comunidades avancem juntas em questões significativas. A Diretoria sugeriu a formação de um pequeno grupo ad hoc (Diretoria, GNSO, ccNSO, GAC) para considerar o assunto.
- **Organização para o encontro da ICANN em junho de 2016:** O Presidente do GAC mencionou o formato de "reunião pública" como uma opção para o diálogo entre comunidades no primeiro fórum sobre políticas (Encontro "B"), mas isso exigirá coordenação entre todos os ACs e SOs. A Diretoria sugeriu que os tópicos de interesse sejam selecionados com antecipação. Uma teleconferência de coordenação com SOs, ACs, a Diretoria e a equipe de encontros da ICANN será organizada logo depois do encontro de Marrakesh.
- **A ICANN e o interesse público global:** Tarek Kamel (equipe da ICANN) observou que uma sessão pública sobre esse assunto foi realizada em Marrakesh, e que infelizmente

coincidiu com o encontro governamental de alto nível. A ICANN espera continuar o trabalho conjunto com o GAC nessa [linha de trabalho](#) dentro de seu plano estratégico de cinco anos.

- **Declaração do governo do Brasil:** O Brasil leu uma declaração formal expressando descontentamento com a forma como seus posicionamentos sobre a governança da Internet foram representados na mensagem de despedida do então CEO da ICANN Fadi Chehadé. Fadi pediu desculpas por qualquer mal-entendido e garantiu que não tinha a intenção de criticar as iniciativas positivas do Brasil.¹
- **PDP sobre questões relacionadas ao credenciamento de serviços de proxy e privacidade:** O GAC informou à Diretoria, em resposta a sua [recente solicitação](#) de recomendações sobre os aspectos relacionados a políticas públicas do Relatório Final de PDP, que precisaria de mais tempo para formulá-las. Concordou-se que o GAC faria essa solicitação no Comunicado.
- **Futuras rodadas de gTLDs e proteções de gTLDs:** O GAC afirmou que (conforme entendimento prévio da ICANN), uma análise detalhada da rodada mais recente deve ser realizada antes do prosseguimento do trabalho de desenvolvimento de políticas para as próximas rodadas. Essa análise deve incluir a avaliação de proteções para os consumidores, conforme recomendação anterior do GAC. A Diretoria estava preparada para considerar a proposta do ALAC de que um grupo de revisão analisasse as experiências com os PICs, mas observou que isso exigiria voluntários do ALAC, GAC e GNSO, e que talvez fosse melhor que a revisão de CCT e o PDP sobre procedimentos subsequentes lidassem com a questão. Os membros do GAC levantaram várias questões para consideração em políticas para as futuras rodadas, inclusive o apoio a regiões menos favorecidas, solicitações da comunidade, proteções permanentes para os nomes da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e nomes geográficos.
- **Delegação de ponto Africa:** Os membros do GAC agradeceram a Diretoria e o CEO pelo apoio na delegação do domínio ponto Africa, e a Diretoria garantiu que continuava comprometida com a finalização dessa questão assim que possível.

PONTOS DE AÇÃO:

- a. Acompanhar as questões de controle de tempo e gerenciamento com a Diretoria e a GNSO, inclusive nos preparativos para o encontro de junho de 2016. **(Presidente do GAC + ACIG + equipe da ICANN)**
- b. Indicar formalmente à Diretoria que o GAC precisa de mais tempo para considerar o relatório do PDP de serviços de privacidade e proxy. **(Concluído: Ver Comunicado de Marrakesh)**
- c. Conversar com a Diretoria e os ACs e SOs sobre as discussões entre comunidades no encontro de junho de 2016. **(Presidente do GAC + ACIG + equipe da ICANN)**

Encontro com a Organização de Apoio a Nomes Genéricos (GNSO)

O GAC se reuniu em uma sessão aberta com o presidente do [Conselho da GNSO](#), James Bladel, e outros membros do conselho.

¹ Consultar também a carta de 12 de março de 2016 de Fadi para a presidente do Brasil.

Foram recebidos relatórios do [Grupo de Consulta GAC-GNSO](#) sobre: (a) Análise do contato da GNSO com o GAC; (c) Envolvimento antecipado nas próximas etapas do PDP. Não foram levantadas objeções ou preocupações pelos membros do GAC.

Foi realizada uma discussão sobre a proposta final suplementar do CCWG-Responsabilidade, abordando inclusive as diferentes maneiras como o GAC e a GNSO estavam desenvolvendo suas contribuições para a Diretoria da ICANN. Isso foi um reflexo das estruturas de tomada de decisão bastante diferentes adotadas pelas duas organizações. A GNSO precisa conciliar vários grupos diferentes em sua estrutura geral.

Com relação às recomendações do GAC sobre as proteções de gTLDs, a GNSO indicou que provavelmente se inclina mais para as práticas voluntárias que para as obrigatórias, embora perceba que as novas questões façam parte do PDP sobre procedimentos subsequentes.

Observou-se que o [CCWG sobre o uso de nomes de países e territórios como TLDs](#) gostaria muito de receber comentários do GAC sobre vários assuntos relacionados a nomes geográficos.

A GNSO confirmou que os comentários do GAC para o PDP sobre o credenciamento de serviços de privacidade e proxy foi considerado, mas não foi incluído no relatório final, pois não houve apoio consensual dentro do Grupo de Trabalho.

As preocupações de longa data do GAC sobre a permanência da proteção dos nomes da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho foi mencionada. Os avanços do PDP sobre o acesso de IGO/INGO aos mecanismos de proteção de direitos de remediação serão incluídos nas atualizações regulares fornecidas ao GAC pelo contato da GNSO.

Concordou-se que o formato do encontro "B" em junho de 2016 abre oportunidades para um intercâmbio mais amplo entre o GAC e a GNSO sobre questões importantes, e os dois lados vão buscar que isso aconteça.

PONTO DE AÇÃO:

- a. Considerar conversas mais amplas entre GAC e GNSO no encontro de junho de 2016.
(Presidente do GAC + ACIG)
- b. Fazer comentários sobre os relatórios do Grupo de Consulta GAC - GNSO. **(Equipe da ICANN + membros do GAC no Grupo de Consulta)**

Reunião com a organização de apoio a nomes de domínio com códigos de países (ccNSO)

Havia uma reunião agendada entre o GAC e a ccNSO. Porém, devido a problemas associados ao trabalho do CCWG-Responsabilidade, ela foi cancelada a pedido da ccNSO.

Encontro com o ALAC

O GAC se reuniu com Alan Greenberg, presidente do [ALAC](#), e outros membros do ALAC.

Houve uma troca de ideias sobre a proposta final suplementar do CCWG - Responsabilidade.

O ALAC buscou o apoio do GAC para propor uma revisão de experiências com PICs e cadeias de caracteres problemáticas na rodada de gTLDs atual. Isso também foi mencionado em encontros anteriores. Os membros do GAC demonstraram apoio, mas não quiseram assumir

compromissos específicos antes de saber mais detalhes e de que o assunto fosse discutido com a Diretoria (consulte a seção "Encontro com a Diretoria da ICANN" acima).

O GAC e o ALAC mencionaram preocupações comuns em relação ao futuro do desenvolvimento de políticas de gTLDs, inclusive: aparentes pressões de interesses comerciais para que o PDP sobre procedimentos subsequentes avance antes da análise completa da rodada atual; um desequilíbrio entre as partes interessadas representadas no PDP e a necessidade de que todas as considerações relevantes, inclusive as comerciais, sejam levadas em conta.

O ALAC propôs aumentar sua cooperação com o GAC, inclusive por meio de seus contatos e do trabalho local. Os membros do GAC concordaram que esse assunto deve ser explorado.

PONTO DE AÇÃO:

- a. O GAC deve considerar o nível de envolvimento com o possível grupo de revisão do ALAC - GNSO sobre as práticas recomendadas em PICs na rodada de gTLDs atual. **(GAC + equipe da ICANN + ACIG)**
- b. O GAC e o ALAC devem considerar a indicação dos respectivos contatos. **(ACIG + equipe da ICANN)**
- c. O GAC e o ALAC devem analisar oportunidades de participação em nível nacional. **(ACIG + equipe da ICANN)**

ENCONTRO GOVERNAMENTAL DE ALTO NÍVEL

O representante de Marrocos no GAC informou que o encontro governamental de alto nível atingiu seus objetivos e foi bem recebido pelos participantes. Uma questão a abordar para futuros encontros é a necessidade de mais diálogo e interatividade entre os participantes.

Os membros do GAC agradeceram ao Reino de Marrocos por organizar o encontro.

PONTOS DE AÇÃO:

- a. Preparar e publicar relatório sobre o encontro. **(Marrocos + equipe da ICANN)**
- b. Incorporar os comentários às diretrizes para encontros governamentais de alto nível. **(ACIG)**

TRANSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA IANA E APRIMORAMENTO DA RESPONSABILIDADE DA ICANN

ICG (Grupo de Coordenação da Transição de Administração da IANA)

O GAC mencionou o status do trabalho do ICG, inclusive suas dependências com o CCWG-Responsabilidade.

CCWG-Responsabilidade

O GAC se reuniu em várias sessões para discutir sua resposta como organização fundadora à proposta final suplementar sobre as recomendações da linha de trabalho 1 do Grupo de Trabalho Entre Comunidades para o Aprimoramento da Responsabilidade da ICANN: Chegou-se a um consenso sobre a seguinte resposta, que foi enviada aos copresidentes do CCWG:

“O GAC manifesta seu apoio à abordagem ascendente de múltiplas partes interessadas na ICANN e reitera seu interesse em participar na fase de pós-transição com o objetivo de cumprir suas funções e responsabilidades.

O GAC deseja manifestar o mais profundo agradecimento pelo trabalho diligente e produtivo realizado pelo CCWG-Responsabilidade, seus copresidentes, membros e todos que contribuíram.

O GAC reafirma sua função enquanto comitê consultivo para a Diretoria da ICANN e no ambiente de múltiplas partes interessadas da ICANN e continuará fornecendo conselhos sobre assuntos relevantes no que diz respeito aos interesses públicos e governamentais.

O GAC considerou a proposta do CCWG e apoia as Recomendações 1 a 10 e a 12. No entanto, não houve um consenso quanto à Recomendação 11 e a disposição de exceção contida nas Recomendações 1 e 2.

Com relação às Recomendações 1 e 2, o GAC está disposto a participar do mecanismo da comunidade autônoma imaginado como um participante com poder de decisão, de acordo com as condições que serão determinadas internamente.

Embora algumas delegações tenham manifestado seu apoio à proposta, outras não estavam dispostas a endossar a proposta como um todo.

Apesar dessa diferença de opiniões, o GAC não faz objeção à transmissão da proposta à Diretoria da ICANN.”

PONTOS DE AÇÃO:

- a. Decidir quem serão os membros do GAC na linha de trabalho 2 do CCWG. **(GAC + Presidente)**
- b. Incentivar a participação de mais membros do GAC na linha de trabalho 2 do CCWG. **(GAC + ACIG)**
- c. Redigir diretrizes para os membros/participantes do GAC no CCWG-ACC. **(ACIG)**
- d. O GAC deve examinar as emendas ao estatuto feitas pela linha de trabalho 1 do CCWG. **(GAC + membros/participantes do GAC CCWG + ACIG)**
- e. Determinar as modalidades de participação do GAC na comunidade empoderada. **(GAC + membros/participantes do GAC CCWG + ACIG)**

SESSÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E QUESTÕES IMPORTANTES

Proteções da rodada atual

O GAC observou a resposta da Diretoria às recomendações feitas nos Comunicados de Buenos Aires e Dublin e em correspondências subsequentes em relação à validação e à verificação em setores altamente regulamentados, práticas recomendadas em PICs e a necessidade de um cartão de pontos claro e abrangente para a Diretoria lidar com as recomendações do GAC nessa área. Também observou-se que a Diretoria reconheceu que não seguiu os procedimentos acordados para resolver a não aceitação de recomendações do GAC.

O GAC concordou que não seria útil tomar mais medidas em relação a essas questões.

Os membros do GAC concordaram que as proteções de gTLDs são uma questão importante em relação a políticas públicas que devem ser realizadas por outras vias, por exemplo: a revisão de CCT (veja abaixo), o PDP sobre procedimentos subsequentes, e a revisão proposta de práticas recomendadas em PICs sugerida à Diretoria pelo ALAC.

PONTOS DE AÇÃO:

- a. Decidir em que medida o GAC deve se envolver na revisão de PICs proposta por ALAC-GNSO. **(GAC + equipe da ICANN + ACIG)**
- b. Garantir que as preocupações do GAC com a rodada atual sejam levadas em conta no trabalho para as futuras rodadas. **(Ver Futuras rodadas de novos gTLDs mais adiante)**

Revisão de concorrência, confiança e escolha do consumidor

Megan Richards (EC) e Laureen Kapin (Comissão Federal de Comércio dos EUA), membros da equipe de revisão, informaram o GAC sobre o progresso da [Revisão de CCT](#), que ainda está na etapa inicial.

A revisão abordará vários assuntos importantes para os membros do GAC, inclusive segurança do consumidor, impacto de PICs e proteções, acesso a assistência e solicitações da comunidade.

Com relação ao processo, todos os e-mails e documentos estarão disponíveis off-line. Os membros do GAC podem se inscrever como observadores na lista de e-mails.

PONTO DE AÇÃO: O GAC deve ser mantido informado sobre todos os acontecimentos. **(Laureen Kapin, EUA; Megan Richards, EC)**

Nomes e códigos de país com duas letras no segundo nível

Mais uma vez, o GAC debateu sobre questões operacionais com a equipe da ICANN no que diz respeito à implementação do conselho do GAC sobre os rótulos de dois caracteres no segundo nível.

Alguns membros do GAC ainda estão preocupados que a única base para objeções na especificação 5 do Contrato de Registro seja a confusão do consumidor, e acreditam que os

governos deveriam ter mais direito a objeções. Outros membros não estão tão preocupados, especialmente na ausência de evidências de abusos e/ou reclamações de usuários.

Alguns membros também notaram que os governos de países em desenvolvimento podem ter dificuldades para responder ao uso proposto de rótulos com dois caracteres devido a falta de recursos e mudanças na administração.

O presidente observou que os membros do GAC esperam que os procedimentos para o uso proposto de nomes de país em segundo nível sejam significativamente diferentes dos usados para rótulos de dois caracteres, e que os governos tenham um escopo de objeção maior de acordo com as provisões atuais da especificação 5.

PONTO DE AÇÃO: Continuar em contato com a ICANN em relação a problemas de implementação para membros do GAC. **(equipe da ICANN)**

Futuras rodadas de gTLDs

O GAC analisou as informações fornecidas pelo ACIG sobre esse assunto.

Com relação a questões importantes:

- O representante do Reino Unido no GAC observou que, conforme discutido em encontros recentes do GAC, há uma preocupação contínua em muitas áreas sobre a abordagem das solicitações da comunidade por novos gTLDs. O Reino Unido vai trabalhar com os membros do GAC interessados para conduzir mais pesquisas e análises sobre essa questão e fornecer ao GAC alguma forma de contribuição com o processo apropriado para futuras rodadas de gTLDs.
- O abuso de crianças on-line foi sugerido como assunto adicional para o PDP de procedimentos subsequentes.

Com relação aos problemas de processo, os membros do GAC concordaram que:

- O GAC deve usar os períodos de comentários públicos para enviar contribuições individuais e consensuais do grupo sempre que possível.
- O PDP sobre procedimentos subsequentes é complexo e muito importante para políticas públicas, por isso é essencial que o maior número de membros possível do GAC participe do Grupo de Trabalho.
- As opções para o envolvimento do GAC no PDP incluem acompanhar e informar, indicar membros do GAC que possam ocupar a função de contato, usar e ajustar o trabalho existente do GAC, usar procedimentos desenvolvidos pelo grupo de consulta GAC-GNSO, e acompanhar a reabertura de questões definidas.

PONTOS DE AÇÃO:

- a. O grupo de coordenação do GAC deve estabelecer procedimentos de trabalho. **(Grupo de coordenação + ACIG)**
- b. O PDP sobre procedimentos subsequentes deve ter prioridade. **(ACIG)**

Grupo de Trabalho de Revisão de Similaridade de IDNs

O GAC foi informado que os representantes do Egito e da Grécia estão participando de um Grupo de Trabalho da ccNSO sobre diretrizes para a implementação do Painel de Revisão de Similaridade do Processo Estendido (EPSRP) para a Tramitação Rápida de Domínios de Primeiro Nível com Código de País de Nomes de Domínio Internacionalizados.

QUESTÕES INTERNAS DO GAC

Encontros abertos

Todas as sessões de trabalho do GAC no encontro de Marrakesh foram abertas. No início da sessão de redação do Comunicado, que antes era fechada, o presidente do GAC sugeriu que ela fosse aberta, seguindo a ideia das discussões abertas sobre o relatório do CCWG-Responsabilidade no início da semana. Não houve objeção a essa abordagem.

PONTO DE AÇÃO: Incluir como questão para análise de princípios operacionais do GAC (**ACIG**).

Eleição dos vice-presidentes do GAC

A secretária do ACIG informou o GAC que, de acordo com os Princípios Operacionais do GAC, os mandatos do presidente e dos vice-presidentes expiram no fim do primeiro encontro em 2017. O presidente atual pode ser indicado para um segundo mandato. Os vice-presidentes já exerceram dois mandatos e não podem ser indicados novamente.

O ACIG fará uma convocação formal durante o próximo encontro do GAC em junho de 2016, e as indicações poderão ser feitas até meados de setembro de 2016. Se forem necessárias eleições, elas serão conduzidas no último encontro do GAC em 2016.

Secretaria independente do GAC

Mais uma vez, o GAC confirmou seu apoio ao "modelo híbrido de secretaria" atual, inclusive o financiamento independente dos membros do GAC à função da secretaria independente desempenhada pelo GAC.

Peru, Suíça e a Comissão Europeia anunciaram seus compromissos com o financiamento da secretaria, juntando-se aos doadores existentes Brasil, Noruega e Países Baixos. Todos os doadores existentes destacaram que o nível atual de financiamento não pode ser mantido além dos compromissos atuais, e que é essencial que outros membros do GAC contribuam.

Observou-se que é necessário mudar a organização administrativa atual, incluindo um sistema de unidades de contribuição, faturas diretas e uso de entidades relacionadas, como o gerente de ccTLDs no modelo usado pelo Peru.

Os membros do GAC pediram para o ACIG preparar materiais que ajudarão a defender o financiamento, inclusive a análise de como o modelo híbrido se desempenhou, o que exatamente os países receberiam em troca do dinheiro, mecanismos de pagamento e garantia de gastos eficientes e responsáveis.

PONTOS DE AÇÃO:

- a. Preparar materiais de informação para possíveis doadores. **(Presidente do GAC + ACIG)**

Revisão dos Princípios Operacionais do GAC

A Índia se juntou à Namíbia como copresidente do Grupo de Trabalho sobre a Revisão dos Princípios Operacionais do GAC. Os termos de referência do Grupo de Trabalho foram aceitos pelo GAC.

O GAC discutiu opções de ação. O ACIG foi encarregado de preparar um documento informativo sobre o desafio a resolver, prioridades e o cronograma de conclusão, que deve ser discutido entre sessões pelo Grupo de Trabalho e depois pela plenária do GAC no encontro de junho de 2016. Alguns membros sugeriram que esse trabalho deve tomar as primeiras decisões sobre alterações consensuais e prioritárias que devem ser feitas no encontro de junho de 2016. Algumas prioridades mencionadas foram novos procedimentos para a participação do GAC na comunidade empoderada (possivelmente como uma linha de trabalho independente), reuniões abertas como aconteceu em Marrakesh, e métodos para os Grupos de Trabalho.

PONTOS DE AÇÃO:

- a. A Secretaria deve preparar a "primeira leitura" com categorias sugeridas, prioridades e cronograma, inclusive para novas funções do GAC definidas na linha de trabalho 1 do CCWG. **(Grupo de Trabalho sobre procedimentos operacionais + ACIG)**
- b. O Grupo de Trabalho deve informar ao GAC as decisões propostas para o encontro de Helsinkí. **(Grupo de Trabalho sobre procedimentos operacionais + ACIG)**

Nova estrutura de encontros da ICANN

O GAC analisou opções para a realização do encontro "B" em junho de 2016. Os membros concordaram que, se possível, é necessário levar em conta o seguinte:

- Um compromisso com o modelo de encontros de quatro dias sem os dias extra, para que a nova estrutura tenha uma chance de mostrar como pode funcionar.
- Um equilíbrio entre o trabalho interno do GAC e a participação de partes interessadas internas.
- Participação bilateral e multilateral de partes interessadas, com coordenação apropriada com outros ACs e SOs.
- Oportunidades para o desenvolvimento de capacidades no GAC e interações sociais informais.

A equipe de encontros da ICANN observou que o progresso será divulgado por meio de uma [Wiki dedicada](#).

PONTOS DE AÇÃO:

- a. Chegar a um acordo sobre quais são as principais questões para o debate entre comunidades no encontro de Helsinkí a fim de redigir a programação **(Presidentes de SOs e ACs + equipe da ICANN + ACIG)**
- b. Redigir a programação do GAC para o encontro de Helsinkí, que deve estar pronta para discussão/acordo pelo GAC **(GAC + ACIG + equipe da ICANN)**

- c. O GAC deve chegar a um consenso em relação à abordagem aos documentos informativos e de resultado formal do encontro B que devem ser preparados pelo ACIG **(GAC + ACIG)**

Questões relacionadas à região da Ásia-Pacífico

O GAC discutiu as barreiras à participação total e efetiva dos membros da região da Ásia-Pacífico, inclusive as longas viagens, problemas de recursos (largura de banda, acesso às instalações fora do horário de trabalho) e o horário das reuniões virtuais entre sessões.

Algumas sugestões de ação foram:

- Criação de um grupo de contato da Ásia-Pacífico dentro do GAC, com uma reunião presencial dentro do encontro de junho de 2016.
- Um foco maior no desenvolvimento de capacidades, tanto em nível regional quanto dentro da ICANN.
- Trabalho especial do país anfitrião nos encontros para facilitar os vistos, usando a abordagem de Marrocos como modelo.
- Fornecimento de documentos informativos específicos pelo ACIG, caso solicitados.
- Envolvimento do Grupo de Trabalho do GAC sobre regiões menos favorecidas.

PONTOS DE AÇÃO:

- a. O Grupo de Trabalho sobre regiões menos favorecidas deve analisar e informar opções para o maior envolvimento dos membros do GAC da Ásia-Pacífico, inclusive questões relacionadas a: desenvolvimento de capacidades, redes de apoio, gerenciamento de informações e fuso horário, **(copresidentes, WG sobre regiões menos favorecidas)**
- b. A força-tarefa de tecnologia do GAC deve incorporar a sugestão de ampliar os mecanismos de participação on-line no projeto de desenvolvimento do site do GAC **(ACIG)**

Atualização do site do GAC

O GAC recebeu informações das equipes técnica e de apoio da ICANN e do ACIG sobre o avanço da substituição do site do GAC por uma nova plataforma de código aberto que dê suporte às necessidades de negócios do GAC e que se integre ao ambiente mais amplo da ICANN. Foram apresentadas páginas fictícias de apoio a encontros, acesso a documentos e redação de comunicados.

Os comentários dos membros do GAC foi positivo, com sugestões para explicar melhor os acrônimos, criar glossários e incluir fotos dos membros do GAC.

PONTOS DE AÇÃO:

- a. Enviar comentários do GAC ao ICT da ICANN sobre a sessão de Marrakesh e confirmar os requisitos que podem ser incluídos no sistema. **(ACIG – Concluído)**
- b. Os representantes do GAC devem informar se querem participar da força-tarefa de tecnologia do GAC (TTF) para testar o site. **(GAC)**

GRUPOS DE TRABALHO DO GAC

O presidente do GAC destacou a necessidade de que os grupos de trabalho coordenem suas ações com o GAC como um todo, especialmente que garantam que o GAC seja mantido informado e tenha tempo suficiente para considerar trabalhos que exijam sua aprovação antes da divulgação pública.

Segurança pública

O Grupo de Trabalho sobre segurança pública informou que trabalhou entre sessões para a capacitação de órgãos de aplicação da lei, e que continuará fazendo isso com o grupo de trabalho sobre regiões menos favorecidas, o PDP sobre a próxima geração de serviços de diretório de registro, estudos de caso de WHOIS, e a estrutura de segurança do Contrato de Credenciamento de Registradores. Foi realizada uma sessão conjunta bem-sucedida com a Organização de Recursos Numéricos em Marrakesh. A necessidade de mais tempo para que o PSWG e o GAC respondam ao Relatório Final do PDP sobre serviços de privacidade e proxy foi observada e concordou-se que isso deve ser mencionado no Comunicado.

Direitos humanos e direito internacional

Os termos de referência do Grupo de Trabalho sobre recursos humanos e leis internacionais foram definidos pelo GAC. O grupo está desenvolvendo um plano de trabalho com sugestões iniciais de tópicos, inclusive novos gTLDs, o desenvolvimento de uma estrutura de direitos humanos pela linha de trabalho 2 do CCWG-Responsabilidade, WHOIS, nomes de domínio internacionalizados e direitos de propriedade intelectual. Em Marrakesh, foi realizada uma reunião com a Equipe de Trabalho Entre Comunidades sobre a Responsabilidade Corporativa e Social da ICANN de Respeitar os Direitos Humanos.

Regiões menos favorecidas

O Grupo de Trabalho sobre regiões menos favorecidas informou que está finalizando a pesquisa sobre relações dos governos com os ccTLDs. O grupo está planejando um novo trabalho de capacitação. As Ilhas Cook foram indicadas como novas copresidentes do grupo.

Nomes geográficos

O Grupo de Trabalho sobre proteção de nomes geográficos e de comunidades em futuras rodadas de novos gTLDs informou que se reuniu em Marrakesh e continua desenvolvendo opções para contribuir com o PDP em procedimentos subsequentes e com o trabalho da ICANN em interesse público. Vários membros do GAC sugeriram que uma plenária do GAC on-line entre sessões seria útil para o avanço das questões.

NomCom

O Grupo de Trabalho sobre participação no comitê de nomeação (NomCom) informou que não se reuniu em Marrakesh. Os termos de referência do Grupo foram aceitos pelo GAC. O Grupo finalizará um plano de trabalho.

PONTOS DE AÇÃO:

- a. GERAL: Todos os grupos de trabalho devem garantir a conformidade com as diretrizes do GAC e garantir que o GAC seja informado sobre os acontecimentos entre sessões. **(Presidentes dos Grupos de Trabalho)**
- b. PSWG: Preparar o posicionamento do GAC sobre o PDP de serviços de privacidade e proxy para que o GAC tome uma decisão no encontro de junho de 2016. **(Copresidentes do PSWG)**
- c. Nomes geográficos: Considerar discussões especiais do GAC on-line entre sessões para analisar os acontecimentos. **(Argentina)**

ADMINISTRAÇÃO DO DOCUMENTO

Título	Minutas do GAC - Marrakesh - Março de 2016
Documento do GAC n°	16-33
Distribuição	Membros do GAC
Data de distribuição	
Encontro relacionado e item na agenda	

ANEXO 1

LISTA DE PARTICIPANTES DO GAC: MARRAKESH, 5 a 10 de março de 2016

Membros	
Afeganistão	Quênia
Comissão da União Africana	Coreia
Argentina	República do Quirguistão
Austrália	
Áustria	Madagascar
	México
Barbados	Marrocos
Bélgica	
Brasil	Namíbia
	Países Baixos
Camarões	Nova Zelândia
Canadá	Niue
Chade	Noruega
China	
Taipé Chinesa	Paquistão
Colômbia	Palestina
Comores	Paraguai
Ilhas Cook	Peru
Costa Rica	Portugal
Costa do Marfim	
	Romênia
República Democrática do Congo	Rússia
Dinamarca	Ruanda
República Dominicana	
	São Tomé e Príncipe
Egito	Senegal
Comissão Europeia	Cingapura
	Eslovênia
Finlândia	Espanha
Antiga República Iugoslava da	Sudão
Macedônia	Suazilândia
França	Suécia
	Suíça
Gabão	
Geórgia	Tailândia
Alemanha	Timor leste
	Turquia
Haiti	Turcomenistão
Hong Kong, Região administrativa especial da China	
Hungria	Uganda
	Ucrânia
Índia	Emirados Árabes Unidos
Indonésia	Reino Unido
Irã	Estados Unidos
Irlanda	
Itália	Vaticano
	Venezuela
	Vietnã

ICANN | GAC

Japão	
Observadores	
OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual)	EBU (European Broadcasting Union, União Europeia de Radiodifusão)
OIF (Organisation Internationale de la Francophonie, Organização Internacional de Francofonia)	Conselho Europeu
CTU (Caribbean Telecommunications Union, União de Telecomunicações do Caribe)	ECOWAS (Economic Community of West African States, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental)
ICRC (International Red Cross Red Crescent Movement, Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho)	Commonwealth Telecommunications Organisation (Organização de Telecomunicação da Commonwealth)
OIC (Organization for Islamic Cooperation, Organização de Cooperação Islâmica)	INTERPOL
Banco Mundial	UNESCO

ANEXO 2

COMUNICADO DO GAC EM MARRAKESH

9 de março de
2016

Comunicado do GAC — Marrakesh, Marrocos¹

I. Introdução

O GAC (Governmental Advisory Committee, Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais) da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números) reuniu-se em Marrakesh, no Reino de Marrocos, durante a semana de 5 de março de 2016.

Setenta e seis (76) membros do GAC e doze (12) observadores participaram do encontro.

Encontro Governamental de Alto Nível

O GAC manifestou seu sincero agradecimento ao Reino de Marrocos e Sua Excelência, Moulay Hafid Elalamy, ministro da indústria, comércio, investimento e economia digital por organizarem o Encontro Governamental de Alto Nível no dia 7 de março de 2016. O encontro permitiu que ministros e autoridades superiores avaliassem a transição da função de administração da IANA do governo dos EUA para uma disposição baseada em comunidade, inclusive com maior responsabilidade da ICANN; reiterou a importância dos governos como parte da comunidade da ICANN, inclusive por meio do GAC; e identificou oportunidades para os países em desenvolvimento no sistema de nomes de domínios.

O presidente do encontro, Sua Excelência Moulay Hafid Elalamy, ministro da indústria, comércio, investimento e economia digital, apresentou um resumo do presidente e informou ao GAC que ele assumirá a responsabilidade de enviar posteriormente um relatório do presidente.

CEO da ICANN

O GAC manifestou seu agradecimento sincero pelos serviços prestados para a comunidade da ICANN por Fadi Chehadé, que está deixando o cargo de CEO e presidente da ICANN, e deseja a ele muito sucesso em seus projetos futuros. O GAC também dá as boas-vindas ao novo presidente e CEO da ICANN, Göran Marby.

II. Atividades entre os grupos constituintes e envolvimento da comunidade

1. Encontro com a Diretoria da ICANN

O GAC reuniu-se com a Diretoria da ICANN e debateu sobre os seguintes tópicos:

- Processo de seleção de CEO da ICANN
- Cronograma de trabalho e de carga de trabalho geral da comunidade
- Intenções da Diretoria no primeiro encontro “B”

- A ICANN e o interesse público global
- PDP sobre questões relacionadas ao credenciamento de serviços de proxy e privacidade
- Futuras rodadas de gTLDs — cronograma
- Conversa entre a Diretoria e o GAC sobre as proteções de gTLDs

2. Encontro com a Organização de Apoio a Nomes Genéricos (GNSO)

O GAC reuniu-se com os membros do Conselho da GNSO e analisou o trabalho do Grupo de Consulta do GAC-GNSO, inclusive relatórios referentes ao representante do Conselho da GNSO no GAC e a oportunidades para a participação antecipada do GAC nos PDPs (Policy Development Processes, Processos de Desenvolvimento de Políticas).

Foi realizada uma discussão sobre a proposta final suplementar do CCWG-Responsabilidade, abordando inclusive as maneiras que o GAC e a GNSO estavam desenvolvendo suas contribuições para a Diretoria da ICANN.

Foi acordado que o novo formato para o Encontro “B” da ICANN oferece uma oportunidade para discussões mais significativas do GAC-GNSO e isso será considerado para o encontro da ICANN em junho de 2016.

Em resposta às preocupações dos membros do GAC, a GNSO observou que as contribuições do GAC para o PDP sobre questões relacionadas ao credenciamento de serviços de proxy e privacidade foram devidamente consideradas, mas não obtiveram um apoio consensual para serem incluídas no relatório final.

O GAC reafirmou seu conselho anterior à Diretoria da ICANN de que a proteção permanente dos nomes e designações da Cruz Vermelha, Crescente Vermelho e Cristal Vermelho deve ser implementada o quanto antes. Sendo assim, o GAC espera que as atuais discussões que envolvem a GNSO e a equipe da ICANN resolvam as diferenças entre as recomendações de políticas da GNSO e o conselho do GAC sobre essa questão.

3. Encontro com o Comitê Consultivo At-Large (ALAC)

O GAC reuniu-se com membros do Comitê Consultivo At-Large e debateu sobre:

- Seus respectivos processos para responder à proposta final suplementar do CCWG-Responsabilidade.
- Proteções de novos gTLDs: O GAC demonstrou interesse em uma possível revisão pelo ALAC-GNSO de cadeias de caracteres e PICs (Public Interest Commitments, Compromissos de Interesse Público) problemáticos.
- Futuras rodadas de gTLDs: O GAC e o ALAC concordaram que uma análise e revisão apropriadas da atual rodada de gTLDs devem ocorrer antes para que o desenvolvimento de políticas para as próximas rodadas tenha um progresso significativo.

- Maior cooperação entre o GAC-ALAC: A possibilidade de representantes mútuos e participação a nível nacional será examinada.

III. Assuntos internos

1. Novos membros

O GAC deu as boas-vindas a Burundi, Camboja, Haiti, Palestina, República de Palau e Chade como novos membros, e a WATRA (West African Telecommunications Regulators Assembly, Fórum de Reguladores de Telecomunicações da África Ocidental) como novo observador. Com isso, o número de membros do GAC vai a 162 e o número de observadores a 35.

2. Grupos de trabalho do GAC

O GAC continua trabalhando em áreas específicas por meio de seus grupos de trabalho, que abrangem:

- Proteção de nomes geográficos em futuras rodadas de novos gTLDs

O Grupo de Trabalho de Nomes Geográficos se reuniu e debateu sobre sua revisão de um plano de trabalho atualizado, uma nova versão do seu documento de “Interesse Público”, uma decisão quanto a abrir a lista de e-mail para membros interessados de outros SOs/ACs e a análise das preocupações apresentadas durante a rodada anterior de comentários públicos.

- Segurança pública

O PSWG (Public Safety Working Group, Grupo de Trabalho sobre Segurança Pública) continua dedicado e participa de diversas atividades relacionadas à segurança pública, inclusive proteção do consumidor, DNS e precisão dos endereços IP no WHOIS e divulgação para os grupos de partes interessadas da ICANN, entre outros assuntos.

O PSWG tem participado de diversos PDPs da GNSO e revisões da ICANN, inclusive sobre as questões de credenciamento de serviços de privacidade e proxy, os serviços de dados de registros de próxima geração, a estrutura de segurança do Contrato de Registro (Especificação 11) e a revisão sobre confiança e escolha do consumidor e concorrência de novos gTLDs.

O PSWG realizou um workshop em parceria com a NRO (Number Resource Organization, Organização de Recursos Numéricos) para iniciar discussões sobre o aprimoramento da precisão de endereços IP no WHOIS

- Direitos humanos e direito internacional

Após o endossamento pela plenária do GAC dos Termos de Referência do HRIL WG (Human Rights and International Law Working Group, Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e Direito Internacional) em 9 de março de 2016, o grupo desenvolverá um plano de trabalho até o final de abril. Uma atualização sobre a Recomendação 6 do CCWG-Responsabilidade foi fornecida por Leon Sanchez, copresidente do CCWG. Uma troca de informações foi realizada com a Equipe de Trabalho Entre Comunidades sobre a CCWP HR (Corporate and Social Responsibility to Respect Human Rights, Responsabilidade Corporativa e Social da ICANN de

Respeitar os Direitos Humanos).

- Regiões menos favorecidas

O representante das Ilhas Cook foi indicado como copresidente do Grupo de Trabalho das Regiões Menos Favorecidas.

- Participação do GAC no Comitê de Nomeação (NomCom) da ICANN

Os termos de referência do Grupo de Trabalho do NomCom foram adotados pelo GAC.

- Revisão dos Princípios Operacionais do GAC

O Grupo de Trabalho sobre os Princípios Operacionais do GAC deverá se reunir na quinta-feira, dia 10 de março.

3. Secretaria independente do GAC

O GAC manifestou seu agradecimento pelo incrível serviço e apoio prestados pelo seu modelo híbrido de secretaria, que consiste na equipe de apoio da ICANN GAC e a secretaria independente do GAC ACIG. O apoio da secretaria aumentou e melhorou a capacidade do GAC de fornecer conselhos para a Diretoria e de trabalhar de maneira mais eficiente com outros membros da comunidade da ICANN.

O GAC está profundamente grato ao Brasil, à Noruega e aos Países Baixos por sua generosidade ao fornecer fundos para apoiar a prestação de serviços da secretaria independente do GAC ACIG e debateu sobre as melhores maneiras para garantir a sustentabilidade financeira do modelo de doação de fundos. O Peru, a Comissão Europeia e a Suíça comunicaram que farão contribuições financeiras, e o GAC agradece o apoio desses países. Outros membros do GAC também estão considerando a possibilidade de se tornarem doadores a fim de garantir que seja mantida a alta qualidade dos serviços da secretaria independente recebidos atualmente pelo GAC e, se necessário, expandi-la.

IV. Transição da Administração da IANA pelos Estados Unidos e Aprimoramento da Responsabilidade da ICANN

O GAC concordou com a seguinte resposta à proposta final suplementar sobre as recomendações da linha de trabalho 1 do Grupo de Trabalho Entre Comunidades para o Aprimoramento da Responsabilidade da ICANN (CCWG):

“O GAC manifesta seu apoio à abordagem ascendente de múltiplas partes interessadas na ICANN e reitera seu interesse em participar na fase de pós-transição com o objetivo de cumprir suas funções e responsabilidades.

O GAC deseja manifestar o mais profundo agradecimento pelo trabalho diligente e produtivo realizado pelo CCWG-Responsabilidade, seus copresidentes, membros e todos que contribuíram.

O GAC reafirma sua função enquanto comitê consultivo para a Diretoria da ICANN e no ambiente de múltiplas partes interessadas da ICANN e continuará fornecendo conselhos sobre assuntos relevantes no que diz respeito aos interesses públicos e governamentais.

O GAC considerou a proposta do CCWG e apoia as Recomendações 1 a 10 e a 12. No entanto,

não houve um consenso quanto à Recomendação 11 e a disposição de exceção contida nas Recomendações 1 e 2.

Com relação às Recomendações 1 e 2, o GAC está disposto a participar do mecanismo da comunidade autônoma imaginado como um participante com poder de decisão, de acordo com as condições que serão determinadas internamente.

Embora algumas delegações tenham manifestado seu apoio à proposta, outras não estavam dispostas a endossar a proposta como um todo.

Apesar dessa diferença de opiniões, o GAC não faz objeção à transmissão da proposta à Diretoria da ICANN.”

V. Outras discussões do GAC

1. Proteções de gTLDs: rodada atual

O GAC observou que a resposta da Diretoria aos conselhos recentes e pendentes do GAC sobre as proteções de gTLDs, incluindo uma resolução do antigo Comitê do Programa de Novos gTLDs de 18 de outubro de 2015, uma resolução da Diretoria de 3 de fevereiro de 2016 e uma carta de 19 de fevereiro de 2016 para o presidente do GAC.

O trabalho do GAC no futuro será dedicado a garantir que as atuais proteções de gTLDs (inclusive as que foram baseadas em conselhos anteriores do GAC) sejam mantidas e aprimoradas. O GAC incentiva o trabalho da GNSO e do ALAC para revisar os PICs (Public Interest Commitments, Compromissos de Interesse Público) das cadeias de caracteres que correspondem a setores altamente regulados, inclusive por meio de um grupo dedicado, se possível, e trabalhará nos diversos processos que consideram as futuras rodadas de gTLDs a fim de garantir que seja dada a devida consideração às políticas públicas.

Com relação ao processo, o GAC observa que a Diretoria reconhece que o processo para consultas acordado “não foi formalmente observado nessa instância”. Assim como a Diretoria, o GAC tem como objetivo trabalhar na melhoria das comunicações entre a Diretoria e o GAC por meio do BGRI-WG (Board-GAC Review Implementation Working Group, Grupo de Trabalho de Implementação de Revisão da Diretoria-GAC).

2. Revisão da equipe de CCT

Os membros do GAC da CCT RT (Competition, Consumer Trust and Consumer Choice Review Team, Equipe de Revisão de Concorrência, Confiança e Escolha do consumidor) apresentação uma atualização para o GAC sobre o trabalho do grupo. O GAC observou que as questões de política pública estão no escopo da revisão, incluindo o impacto do programa de novos gTLDs na confiança do consumidor e a eficiência das proteções nesse contexto, bem como nos aspectos de escolha do consumidor e concorrência. Os membros do GAC foram convidados a enviar suas opiniões para os membros do GAC na Equipe de Revisão ou no encontro público da Revisão de CCT no ICANN55 e foram lembrados novamente sobre a possibilidade de acompanhar o trabalho como observadores.

3. Solicitações da comunidade

O GAC observou a resposta da Diretoria da ICANN para o conselho do GAC no Comunicado de Dublin referente às solicitações de novos gTLDs pela comunidade e o processo de avaliação de

prioridades da comunidade. O GAC pretende fazer a coleta e a análise de dados sobre experiências com a atual rodada de novos gTLDs com relação a essa questão e oferecer as contribuições apropriadas para o PDP da GNSO sobre os Procedimentos Subsequentes de novos gTLDs e a Revisão de CCT.

4. Rótulos de dois caracteres no segundo nível

O GAC debateu sobre questões operacionais com a equipe da ICANN no que diz respeito à implementação do conselho do GAC sobre os rótulos de dois caracteres no segundo nível. Várias sugestões para melhorar o processo foram enviadas para a ICANN.

VI. Conselhos do GAC à Diretoria da ICANN²

1. Futuras rodadas de gTLDs: Assuntos sobre políticas públicas

Os membros do GAC analisaram os aspectos de políticas públicas do atual trabalho sendo realizado na comunidade da ICANN que afeta a estrutura de políticas para futuras rodadas de novos gTLDs. Esse trabalho inclui o PDP sobre Procedimentos Subsequentes, a Revisão de CCT, a Revisão de Implementação do Programa, as Revisões da Estabilidade da Raiz e o Centro de Informações de Marcas, bem como o desenvolvimento de métricas para avaliar os acontecimentos no que diz respeito aos gTLDs.

O GAC cita o entendimento compartilhado por toda a comunidade da ICANN de que o desenvolvimento de uma estrutura de política para as futuras rodadas de novos gTLDs deve seguir uma sequência lógica de análise da atual rodada e os problemas associados de modo que essas informações ajudem no desenvolvimento de políticas por meio de processos da comunidade baseados na GNSO. O GAC observa com preocupação que o atual cronograma de PDP pode colocar essa sequência lógica em risco, possivelmente resultando em um trabalho de desenvolvimento de políticas que não tenha acesso aos dados e análises mais atualizados e abrangentes.

- a. **Sendo assim, o GAC reitera o conselho anterior para a Diretoria de:**
 - i. garantir que uma avaliação apropriada de todos os aspectos relevantes do programa de novos gTLDs seja feita, levando em conta o feedback de todas as partes interessadas, e que o desenvolvimento de futuras rodadas deve ser baseado nas conclusões dessa avaliação.
- b. **O GAC recomenda à Diretoria:**
 - i. dar prioridade em particular à promoção de conhecimento e facilitação de solicitações de regiões menos favorecidas.

² Para obter um registro dos antecedentes e acompanhar o assessoramento do GAC à Diretoria, acesse o Registro On-line de Recomendações do GAC: <https://gacweb.icann.org/display/GACADV/GAC+Register+of+Advice>

Apesar dessas preocupações, os membros do GAC se esforçarão ao máximo para participar de processos abertos, como os PDPs. Com o apoio de sua secretaria independente, o GAC fará o máximo para fornecer contribuições para todos os trabalhos relevantes sobre futuras políticas de gTLDs nas fases iniciais e nas etapas posteriores relevantes. Tendo em vista a carga de trabalho da comunidade no geral, o GAC observa a importância de permitir tempo suficiente para a participação adequada.

2. Questões sobre o credenciamento de serviços de proxy e privacidade

O GAC agradece ao Grupo de Trabalho do Processo de Desenvolvimento de Políticas da GNSO sobre Questões de Credenciamento de Serviços de Proxy e Privacidade pelo empenho na produção do seu Relatório Final, que contém muitas recomendações benéficas. O GAC enviou comentários sobre o Relatório Inicial, refletindo as questões de políticas públicas, que estão anexadas no Anexo A.

O GAC acata com prazer a solicitação da Diretoria, em uma carta datada de 19 de fevereiro de 2016, de enviar todas as questões relacionadas a políticas públicas levantadas pelas recomendações dispostas no Relatório Final.

De maneira consistente com os comentários anteriores do GAC sobre o relatório inicial e os Princípios do GAC de 2007 com relação aos Serviços de WHOIS para gTLDs, particularmente o Princípio 3, referente à ajuda prestada às autoridades de cumprimento da lei em investigações, e o Princípio 6, referente à contribuição para a confiança de usuários na Internet ajudando-os a identificar pessoas ou entidades responsáveis por conteúdo e serviços online, o GAC acredita que as recomendações dispostas no Relatório Final podem resultar em questões de política pública no que diz respeito à segurança e confiança do consumidor.

a. O GAC recomenda à Diretoria:

- I. dar tempo suficiente ao GAC para considerar possíveis conselhos para essas questões importantes de política pública e solicita que a Diretoria se reúna com o GAC antes de considerar a adoção do Relatório Final do PDP sobre Assuntos de Credenciamento de Serviços de Proxy e Privacidade. O encontro ICANN 56 seria uma oportunidade apropriada para considerar esses assuntos detalhadamente.

3. Elaboração de cronograma de trabalho e gerenciamento de carga de trabalho

O GAC está preocupado com o fato de ainda haver muitos programas de trabalho simultâneos em toda a ICANN com implicações significativas na carga de trabalho para o GAC e toda a comunidade.

Por exemplo, as revisões existentes da primeira rodada de novos gTLDs, a preparação para rodadas subsequentes e uma grande variedade de atividades relacionadas a questões do WHOIS foram realizadas sem o ajuste de cronogramas, apesar do trabalho de alta prioridade gerado pelo processo de transição da administração da IANA.

O GAC reconhece a necessidade de considerar as diferentes prioridades de cada SO e AC.

a. O GAC recomenda à Diretoria:

- I. promover uma conversa no ICANN56 entre todas as SOs e ACs com relação a como o trabalho que exige contribuições da comunidade é agendado e organizado por suas respectivas comunidades de SOs e ACs, particularmente no que diz respeito a questões de interesse geral da comunidade como um todo. O GAC considera que uma revisão conjunta de SOs/ACs permitirá uma avaliação melhor por parte da Diretoria sobre o nível de trabalho simultâneo que pode ser gerenciado pela comunidade. Essa conversa deverá incluir a consideração de:
 - i. como as diferentes prioridades das comunidades são equilibradas; e
 - ii. como esse processo pode maximizar a participação da comunidade nos processos de desenvolvimento de políticas.

VIII. Próximo encontro

O GAC se reunirá novamente durante o 56º encontro da ICANN, que será realizado de 27 a 30 de junho de 2016.

Anexo A: Comentários do PSWG (Grupo de Trabalho sobre Segurança Pública) do GAC sobre o Relatório Inicial sobre o Processo de Desenvolvimento de Políticas das questões relacionadas ao credenciamento de serviços de privacidade e proxy³

Após uma revisão do Relatório Inicial sobre o Processo de Desenvolvimento de Políticas das questões relacionadas ao credenciamento de serviços de privacidade e proxy, o PSWG apresenta os seguintes comentários e recomendações:

Distinção entre usuários comerciais e não comerciais:

- A fim de promover a transparência, bem como a segurança e a confiança do consumidor, o PSWG recomenda a proibição de que os sites que participam ativamente de transações comerciais (referentes à coleta de dinheiro para um bem ou serviço) ocultem suas identidades usando Serviços de P/P (Privacidade/Proxy).² Isso inclui domínios usados para sites que coletam diretamente dados de pagamentos, bem como sites que promovem uma transação, mas fazem um link direto para outros sites que executam a transação. O público tem o direito de saber a identidade verdadeira das partes com as quais estão negociando. Na realidade, muitas nações têm leis que obrigam especificamente essa transparência em transações comerciais.
- Os serviços de P/P só devem ser autorizados para os domínios que não realizam transações comerciais ativamente, conforme detalhado acima. Qualquer pessoa ou entidade que participe de transações comerciais está pedindo que o público confie a ela seu dinheiro e informações confidenciais de conta financeira. Sendo assim, qualquer interesse de privacidade deve ser equilibrado considerando o direito de o público saber a identidade verdadeira das partes com as quais estão negociando.

Transparência e responsabilidade:

- O PSWG apoia a conclusão de que a ICANN deve garantir transparência ao publicar e manter publicamente acessível uma lista de todos os provedores de serviços de P/P, com todas as informações de contato adequadas. Os registradores devem fornecer um link na web para os serviços de P/P executados por eles ou suas afiliadas, e os provedores de serviços de P/P devem declarar sua afiliação com um registrador (se houver) como um requisito do programa de credenciamento.
- O PSWG apoia a conclusão de que um ponto de contato "designado", em vez de "dedicado", será suficiente para a denúncia de abusos e um ponto de contato designado deve ser "capaz e autorizado" a investigar e lidar com relatórios de abuso, de maneira consistente com a Seção 3.18 do RAA (Registrar Accreditation Agreement, Contrato de Credenciamento de Registradores).
- O PSWG concorda que os serviços de privacidade e proxy devem ser tratados igualmente no contexto do processo de credenciamento.
- O PSWG concorda com a conclusão preliminar do WG de P/P de que os registros de

³ Esses comentários foram produzidos por um Grupo de Trabalho interno do GAC e não representa uma opinião consensual do GAC.

nomes de domínio que envolvam provedores de serviços de P/P devem ser claramente rotulados como tais no WHOIS.

- O PSWG recomenda que os dados de consumidores de P/P sejam validados em conformidade com o requisito de validação cruzada do RAA, conforme o parágrafo 1 da ESPECIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE PRECISÃO DE WHOIS DO RAA "...Registrador, no que diz respeito às informações de WHOIS e às informações de contato do titular da conta do cliente correspondente relacionadas a esse Nome Registrado, o Registrador..." faça a validação das informações fornecidas.
- O PSWG acredita que os serviços de privacidade/proxy devam continuar sendo obrigados a publicar seus termos de serviço relevantes e a cumprir esses termos publicados (conforme disposto atualmente na Especificação provisória do RAA de 2013).

Definição de autoridade encarregada pelo cumprimento da lei

- O termo "autoridade encarregada pelo cumprimento da lei" é definido como "as autoridades encarregadas pelo cumprimento da lei, proteção ao consumidor, de caráter governamental ou outras autoridades semelhantes, designadas ocasionalmente pelo governo nacional ou territorial da jurisdição na qual o provedor de serviços de proxy ou privacidade estiver estabelecido ou mantiver um escritório físico". Uma vez que essa definição pode dar margem à interpretação de que os provedores de serviços de P/P só respondem às autoridades encarregadas pelo cumprimento da lei em sua própria jurisdição, o PSWG recomenda que o Grupo de Trabalho de P/P considere revisar essa definição. A conduta maliciosa envolvendo domínios geralmente ocorre no exterior e a definição de autoridade encarregada pelo cumprimento da lei deve reconhecer os aspectos entre várias jurisdições de atividades investigativas e de execução a fim de promover a segurança pública independentemente da localização dos usuários finais. Se essas revisões forem feitas, o Grupo de Trabalho deve considerar um requisito de que os serviços de P/P consultem suas autoridades locais encarregadas pelo cumprimento da lei caso recebam solicitações de uma autoridade estrangeira (a fim de garantir que as autoridades locais acreditem que a solicitação seja adequada e de uma autoridade estrangeira reconhecida)

Confidencialidade das solicitações de autoridades encarregadas pelo cumprimento da lei (inclusive de proteção do consumidor)

- Embora o Relatório Inicial não reflita um acordo sobre a questão de os provedores de serviços de P/P divulgarem ou não solicitações das autoridades encarregadas pelo cumprimento da lei, o PSWG concorda com o reconhecimento constante no Relatório Inicial da "necessidade de confidencialidade em relação a uma investigação de um LEA em andamento". Seção 1.3.2 no par. 15. As solicitações de agências encarregadas pelo cumprimento da lei e agências de proteção ao consumidor (coletivamente denominadas como "LEA") estão diretamente relacionadas a investigações em andamento. As notificações aos consumidores, que podem ser supostos criminosos ou violadores, podem ameaçar não apenas a eficiência da investigação, mas também a segurança de outras pessoas. Sendo assim, o PSWG recomenda que o Grupo de Trabalho de P/P exija que os provedores de serviços de P/P mantenham as solicitações de LEAs confidenciais, conforme exigido e/ou permitido pelas leis locais.
- As solicitações de LEAs estão diretamente relacionadas a investigações confidenciais que envolvem violações legais. Muitos malwares e outras violações aparentemente menos sérias têm ligações ocultas com empreendimentos criminosos mais prejudiciais. Considerando a variedade de áreas que abrangem as investigações de LEAs, seria praticamente impossível limitar os tópicos de possíveis investigações em categorias selecionadas para as finalidades dos serviços de P/P. Se um provedor de P/P enviasse a notificação de uma solicitação investigativa de um LEA para o alvo da solicitação, as remediações por essa divulgação por parte do provedor de P/P seriam determinadas pelas respectivas leis nacionais, estaduais, municipais ou outras leis governamentais relevantes.
- A confidencialidade de solicitações individuais não impede que os provedores de serviços de P/P publiquem estatísticas na forma de relatórios de transparência sobre as solicitações recebidas de autoridades encarregadas pelo cumprimento da lei.

Conclusão

As autoridades de segurança pública, inclusive as agências encarregadas pelo cumprimento da lei e de proteção ao consumidor, têm um papel fundamental na resposta a incidentes que envolvam crimes, danos a vítimas, possíveis prejuízos e, no pior dos casos, identificação de vítimas. Nesse contexto, os serviços de privacidade são usados para ocultar os agentes responsáveis por atividades maliciosas ou obscurecer outras informações pertinentes, e, sendo assim, é importante haver mecanismos adequados para que as autoridades de segurança pública possam desmascarar os malfeitores e obter as informações necessárias. Recomendamos que o Grupo de Trabalho de P/P leve em conta a necessidade de as autoridades encarregadas pelo cumprimento da lei obterem informações ocultadas pelos serviços de privacidade a fim de continuar a proteger o público contra condutas maliciosas que envolvam domínios na Internet.